

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

CONSELHO SUPERIOR

Reunião extraordinária de 2 de junho de 2023

Ata 04/2023

Na data acima citada, o Conselho Superior do IFSul reuniu-se extraordinariamente, sob a condução do presidente, Flávio Luis Barbosa Nunes, para dar continuidade à avaliação da **POLÍTICA DE INOVAÇÃO DO IFSul**. Participaram da web conferência os conselheiros, conselheiras, convidados e convidadas: Alessandra Munhoz, Alexandre Escuto, Anderson Araújo, Berenice Silva, Bianca Kraemer, Celso Silva Gonçalves, Cláudia Schwabe, Daniela Curcio, Daniele Souza, Daniella Schulz, Diego Serra, Diogo Bica, Eduardo Soares, Everton Felix, Fábio Roberto Lemes, Fernanda Muller, Francilon Simões, Gabriel Almeida, Geovane Griesang, Giulia D'Avila Vieira, Itamar Hammes, Jeferson Fernando Wolff, John Anderson Costa, José Vitor Silva, Júlio César Ruzicki, Lauro Borges Jr, Lucas Vanini, Mack Leio Pedroso, Magda Santos, Manoel Porto Jr, Manuella Nunes, Marcelo Borba, Marcelo Kwecko, Marco Antônio Vaz, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Marcus Eduardo Ribeiro, Marcus Neves, Maristani Sppannenber, Marta Tessamnn, Max Gonçalves, Meirelis Oliveira, Osni Rodrigues, Rafael Bastos, Rodrigo Nascimento, Ruti Ângela Barbosa, Samiro Cabral, Veridiana Bosenbecker, Vinicius Martins, Vitor Dias, Willian Menezes. Justificaram a não participação conselheiros Carlos Correa, Josiela Cavalheiro, Kellen Bierhals, Moisés Beck, Raissa Brum, Vanilda Macedo e Yuri Azevedo. Intérprete Mônica Garcia. O primeiro item discutido foi o **parágrafo 3º do art. 47**, que recebeu proposta de exclusão. Pró-reitor Vinicius Martins justificou que a retirada vai causar problemas em relação à permissão da utilização desse conhecimento junto às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Conselheiro Manoel Porto Jr contrapôs alegando que não se pode ter nenhuma contratação que exija sigilo absoluto. Colocada em votação, a proposta de **exclusão foi rejeitada**, como segue:

Art. 47

Manter o § 3º: 14

Excluir o § 3: 11

Abstenções: 12

A seguir, foi discutido o **art. 48**, que também recebeu proposta de exclusão. Pró-reitor Vinicius Martins argumento que a retirada do artigo fere, pois toda a titularidade das invenções derivadas da pesquisa é do IFSul junto ao INPI, conforme a Lei 9.279. A conselheira Alessandra Munhoz salientou que essa Lei regula direitos referentes à propriedade industrial, não à intelectual. Conselheiro Manoel Porto Jr considera que a política está avançando para além de sua alçada. Após amplamente discutido foi proposto incluir no **caput** a expressão “desde que previstas em contrato onde a obra foi especificada” e substituir propriedade intelectual por propriedade industrial. Foi **aprovada a alteração do artigo**, como segue:

Art. 48

Manter **caput**: 3

Alterar caput: 25

Abstenções: 12

Pró-reitor Vinicius Martins falou sobre proposição do Câmpus Avançado Jaguarão, para incluir **novo artigo** entre o 53 e o 54, com a seguinte redação: Os objetos geradores de direitos relativos à propriedade intelectual serão objeto de análise técnica e parecer do (respectivo) NIT para aprovação de sua proteção pelas instâncias deliberativas do IFSul, segundo legislação vigente. O pró-reitor salientou que há um único NIT, tendo sido excluído o vocábulo “respectivo” da proposição feita. Levada à votação, a **inclusão do novo artigo foi aprovada**, como segue:

Incluir artigo

Sim: 29

Não: 0

Abstenções: 7

Em relação ao **art. 54**, que recebeu proposta de alteração nos seguintes termos: “Conforme o disposto no art. 11 da Lei nº 10.973/04 ou legislação superveniente, o IFSul poderá desistir de manter a proteção de criação de sua propriedade em âmbito nacional ou internacional”, o pró-reitor esclareceu que houve opção por definir prazo de 5 anos, porque quando a patente é concedida, o pesquisador é informado sobre a transferência de tecnologia; nos primeiros cinco anos há o trâmite de análises, ajustes em relação ao INPI. Se o servidor não fizer a transferência de tecnologia, ela passa para o domínio público. Conselheiro Manoel Porto Jr considera que manter todo esse prazo gera custos e a intenção é desburocratizar o processo. Posta em votação, a proposta de **alteração da redação do caput** foi aprovada, como segue:

Art. 54

Manter caput: 9

Alterar caput: 16

Abstenções: 15

Analisando o Capítulo IV, **art. 56**, conselheira Daniela Curcio considera que ele não tem o caráter informativo proposto; conselheiro Manoel Porto Jr salientou que o art. 61 dá conta das garantias de sigilo, portanto pode ser excluído. Conselheira Alessandra Munhoz vê necessidade de estabelecer um fluxo processual. Colocado em votação, o art. 56 teve sua **exclusão aprovada**, como segue:

Art. 56

Manter: 11

Excluir: 19

Abstenções: 11

A seguir, houve a proposta de exclusão dos **§ 3º e 4º do art. 57**. Pró-reitor Vinicius Martins esclareceu serem orientativos, garantindo a segurança para o pesquisador em relação ao sigilo. Conselheiro Manoel Porto Jr lembrou que os riscos são todos previstos nos projetos e é melhor que o trabalho seja feito pelos orientadores, porque, caso contrário, ninguém vai querer se responsabilizar pelas áreas físicas dos laboratórios. Em votação, foi **aprovada a exclusão dos § 3º e 4º**, como segue:

Art. 57

Manter § 3º e 4º: 5

Excluir § 3º e 4º: 26

Abstenções: 10

Entrou em análise o **art. 58**. Pró-reitor informou ter faltado a palavra “independente” após inventor ou criador. Conselheiro Manoel Porto Jr considera que o texto tem tom ofensivo para a pessoa que vai desenvolver as atividades. Colocado em votação, **o art. 58 teve sua exclusão aprovada**, como segue:

Art. 58

Manter: 11

Excluir: 19

Abstenções: 8

Foi apresentada proposta de exclusão do **art. 60**. Pró-reitor Vinicius Martins justificou ser um texto orientativo para que os pesquisadores com foco no registro da propriedade industrial não o percam em função da divulgação. Conselheiro Manoel Porto Jr considera ser censura ao trabalho docente; deve ser um processo socializante onde vai prevalecer o bom senso dos orientadores. Conselheira Alessandra Munhoz lembra que o art. 12 da Lei 10.973 cita a garantia de sigilo. Pró-reitor Vinicius Martins contrapôs, dizendo que o art. visa proteger aluno e professor nos 365 dias de prazo para registro no INPI, para que ninguém o faça antes do estudante. Levada à votação, a proposta de **exclusão do art. 60 foi aprovada com o voto de Minerva** do presidente, como segue:

Art. 60

Manter: 15

Excluir: 15

Abstenções: 12

Voto de Minerva: excluir

Passou a ser discutida a proposta de **inclusão de novo artigo**, com a seguinte redação: Os acordos de transferência de tecnologia (TT), de propriedades intelectuais desenvolvidos no âmbito do IFSul, serão aprovados pelo CONSUP após parecer do respectivo NIT, da gestão do respectivo câmpus ou Reitoria, garantida a manifestação do setor, curso ou área envolvido (a). Pró-reitor Vinicius Martins salientou que isso causaria a diminuição da celeridade do processo e defende não o incluir no documento. Conselheiros Manoel Porto Jr e Daniela Curcio defendem a importância de garantir a socialização dos processos de transferência de tecnologia e democratizá-los para as diversas áreas da instituição; não focar apenas na produção que visa ao capital, mas para atender os interesses sociais coletivos. Levada à votação, foi **aprovada a não inclusão do artigo**, como segue:

Artigo XX

Incluir: 10

Não incluir: 22

Abstenções: 9

Iniciou a discussão sobre **a inclusão de novo artigo**, com o seguinte teor: Os recursos financeiros provenientes de royalties de contratos previstos nesta política deverão garantir destinação de pelo menos 30% para projetos de pesquisa e extensão referentes à economia solidária, educação do campo, agroecologia, economia da cultura e ações vinculadas a movimentos sociais do campo e da cidade. Pró-reitor Vinicius Martins considera improcedente a proposta, uma vez que tais ações estão definidas no PDI. Conselheiros Manoel Porto Jr, Daniela Curcio e Francilon Simões defendem ser uma opção institucional, manifestando a intenção de o instituto atender áreas desprivilegiadas pelo CNPq, seria o fazer social da instituição. Pró-reitor propõe incluir

no texto “**de acordo com o PDI**”. Levada a proposta à votação, foi **aprovada a inclusão do artigo, com a inclusão** feita pelo pró-reitor, como segue:

Inclusão de novo artigo

Incluir: 27

Não incluir: 3

Abstenções: 10

A seguir, foi analisada a proposta de **exclusão do Título V**, que trata da aplicação da política. Pró-reitor Vinicius Martins justificou que a retirada torna a política ilegal, por não atender os objetivos do art. 15A da Lei 13.243 da Política da Inovação. Conselheiros disseram que a política já está definida nos capítulos anteriores e que o detalhamento deve seguir a legislação vigente. Pró-reitor disse que o documento foi analisado pelo procurador que disse estar de acordo com a legislação. Levada à votação, foi **aprovada a exclusão do Título V**, como segue:

Título V

Manter: 10

Excluir: 16

Abstenções: 17

Também o **Título VI**, que aborda as Disposições Finais, recebeu proposta de exclusão. Conselheiro Manoel Porto Jr discorda da criação de fundo, porque vai acarretar burocracia; que os recursos dos royalties entram nas receitas próprias da instituição, que podem ser usadas de forma livre. Para criação de fundo deverá haver uma resolução específica, definida pelo Conselho. Colocada em votação, foi **aprovada a exclusão do Título VI**, como segue:

Título VI

Manter: 8

Excluir: 19

Abstenções: 15

Terminadas a análise de todos os artigos, foi levada à votação e **aprovada a Política de Inovação do IFSul**, como segue:

Aprovação da Política de Inovação do IFSul

Sim: 40

Não: 0

Abstenções: 3

Manifestados agradecimentos e cumprimentos pelo trabalho desenvolvido ao longo da construção da Política de Inovação, por parte do presidente, pró-reitor e conselheiros, a reunião foi encerrada e eu, Stela Narina Nunes de Castro, digitei a presente ata, que após apreciada e aprovada será publicizada.